

# A Construção do Conceito de Identidade Urbanística como Contribuição ao Campo do Desenho Urbano

*Verônica Maria Fernandes de Lima*

**RESUMO:** Este artigo centra forças na discussão a respeito da abordagem interpretativa do conceito de cultura e do seu entendimento como base para discutir a respeito da apropriação, responsabilidade e identidade territorial no contexto da construção da identidade urbanística.

Key-words: Cultura, Identidade Territorial, Identidade Urbanística

**ABSTRACT:** This article deals with the theoretical discussion and interpretation of the concept of culture and its understanding as the key to the discussion of the appropriation, responsibility and territorial identity within the context of the construction of an urban identity.

Key-words: Cultura, Territorial Identity, Urban Identity

*“Todos os símbolos devem ter uma forma física, pois do contrário não podem penetrar em nossa experiência, mas o seu significado não pode ser percebido pelos sentidos (WHITE, 1955:180). Ou seja, para se perceber o significado de um símbolo é necessário conhecer a cultura que o criou (LARAIA, 2003:56)”.*

## 2.1 – Uma Delimitação do Conceito de Cultura

Não se pretende aqui construir uma “linha evolutiva” do conceito de cultura; nem se aprofundar nos diversos olhares - sociológico, antropológico, filosófico – sobre o conceito. Tampouco se tem a intenção de fazer um estudo etimológico da palavra, mesmo porque, o conceito de cultura é tão amplo que por vezes confunde mais do que esclarece.

Pretende-se sim centrar forças na discussão a respeito da abordagem interpretativa do conceito de cultura, uma vez que, acredita-se que foi a partir do momento que o homem começou a se comunicar através de símbolos que o mesmo se diferencia dos outros animais e começa a construir o que hoje se entende por “cultura”.

Geertz em seu livro *A Interpretação das Culturas* coloca logo no primeiro capítulo a necessidade e a dificuldade de delimitar e tornar mais específico esse conceito. Como exemplo dessa amplitude conceitual, o antropólogo cita o livro *Mirror*

*for Man* de Clyde Kluckhohn (1952)<sup>1</sup> que dedica vinte e sete páginas pra discutir o conceito e definir a cultura. Suas conceituações vão desde a visão da cultura como um modo de vida, passando pela forma de pensar de um povo, até a definição da mesma como um mecanismo para regulação do comportamento humano em sociedade.

Geertz ressalta então a necessidade de obter um conceito coerente e mais delimitado, defendendo um conceito semiótico de cultura.

Acreditando como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas com uma ciência interpretativa, a procura do significado (GEERTZ, 1978:15).

Sendo assim, aquele pesquisador que se destinar a trabalhar o entendimento da cultura, ou melhor, trabalhar tendo como referência questões culturais, sendo antropólogo ou não, deve enfrentar uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas e interligadas umas as outras, “que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar” (GEERTZ, 1978:20).

Dessa forma, trabalhar com o conceito de cultura não é uma tarefa fácil. É um trabalho que requer uma “descrição densa”. Geertz concorda com a idéia de que a cultura surgiu a partir do momento que o homem começou a se comunicar e “trata-se de um sistema ordenado de significado e símbolos [...] nos termos dos quais os indivíduos definem seu mundo, expressam seus sentimentos e fazem seus julgamentos” (GEERTZ, 1978:81).

Assim, para compreender a cultura de um povo se faz necessário entender seu cotidiano dando especial atenção às suas particularidades. A *práxis* dos atores sociais envolvidos no lugar estudado é que deve orientar a criação das novas construções epistemológicas. A análise cultural deve buscar a lógica informal da vida real, ou seja, deve entender a lógica do cotidiano.

---

<sup>1</sup> Para aprofundar o tema ver o livro citado, traduzido para o português com o título *Antropologia: um Espelho para o Homem*, pela editora Itatiaia, MG, 1972.

Segundo Geertz, deve-se atentar para o comportamento, ou melhor, para a ação social, pois é através dela que as formas culturais encontram articulação. Os significados emergem do papel social que esses atores desempenham, bem como dos usos e atividades desenvolvidos no espaço da vida cotidiana. Geertz (1978:24) afirma então que:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos, ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.

O autor acrescenta que é através dos acontecimentos que é possível acessar o sistema de símbolos, ou melhor, a cultura de um povo. Assim, as formas da sociedade são a substância da cultura (GEERTZ, 1978), e para entendê-las é necessário se aproximar da área de estudo e se conhecer as dimensões simbólicas das ações sociais desenvolvidas naquele lugar como: arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum etc. Devido à amplitude dessas dimensões, a análise cultural sempre será incompleta, e de cunho interpretativo, mas esse fato não impede de ser ainda uma das melhores formas de compreender o homem, ou dito de forma mais localizada, apreender as principais características de uma comunidade humana. O autor declara que: “Para tomar nossas decisões, precisamos saber como nos sentimos a respeito das coisas; para saber como nos sentimos a respeito das coisas precisamos de imagens públicas de sentimentos que apenas o ritual, o mito e a arte podem fornecer” (GEERTZ, 1978:96).

Partindo dessa afirmação acrescenta-se que para entender melhor os valores culturais de um povo é preciso conhecer essas imagens públicas, construídas a partir das crenças, ritos, manifestações culturais e da história desse povo.

A fim de esclarecer um pouco mais a visão do conceito aqui abordada, busca-se apoio no filósofo Pierre Bourdieu. Segundo o autor existem duas posturas principais a respeito do conceito de cultura. Por um lado, uma corrente que tem com base as idéias de Kant

considera a cultura – e por extensão todos os sistemas simbólicos, como a arte, o mito, a linguagem, etc. – em sua qualidade de

instrumento de comunicação e conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, qual seja o acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo (BOURDIEU, 2005:VIII).

Por outro lado, existe uma corrente de tradição Marxista e com contribuições de Weber – que considera a cultura e os sistemas simbólicos em geral como um instrumento de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente (BOURDIEU, 2005:VIII).

Pode-se afirmar que a primeira tendência se torna limitada por relegar as funções econômicas e políticas dos sistemas simbólicos e privilegiar a análise interna dos bens e mensagens de natureza simbólica, sem considerar as relações que permeiam as ações sociais. Já a segunda corrente, de tradição materialista:

Salienta o caráter alegórico dos sistemas simbólicos numa tentativa de apreender tanto seu caráter organizacional próprio [...] como as determinações que sofre por parte das condições de existência econômica e política e a contribuição singular que tais sistemas trazem para a reprodução e a transformação da estrutura social vigente (BOURDIEU, 2005:IX).

Dessa maneira, observa-se que ambas as tendências buscam entender a dimensão simbólica da vida humana e sendo assim concedem especial atenção à vivência cotidiana do homem, através da análise das ações resultantes da sua experiência social e das manifestações do mesmo enquanto ser social.

Tendo em vista que a cultura se ancora no espaço social através da sua materialização em instituições, costumes, gestos, símbolos, etc., busca-se no conceito de *Habitus* de classe (*ethos*), amplamente utilizado por Bourdieu, desde 1975, a melhor maneira para definir sociologicamente a cultura. Assim, o autor define *habitus* como “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2005:191).

Ou seja, em uma determinada cultura existem esquemas inconscientes de percepção, concepção e ação, que segundo o autor citado são comuns aos membros de uma classe social.

É através desses esquemas, ou *habitus*, que as relações entre as práticas espaciais materiais (o vivido) e os espaços de representação (o percebido e o imaginado) se desenvolvem. E ainda, é a partir das ações sociais resultantes da relação acima descrita que a cultura adquire “concretude” através da capacidade de simbolização do ser humano. Assim a mesma é vivida e exteriorizada em atos muito diversificados: como festas, rituais, costumes cotidianos etc.

Assim, salienta-se a importância da orientação de caráter simbólico para o estudo da dimensão cultural, de acordo com Gama:

Para atingir a especificidade do cultural não basta a descrição mais ou menos sutil das inter-relações entre os seus possíveis componentes. A análise descritiva da cultura só atinge verdadeiramente o homem quando aceita ou pressupõe a sua dimensão simbólica (GAMA, 1992:88).

Tendo em vista a amplitude do conceito de cultura e a necessidade de delimitação de um campo de trabalho, ressalta-se aqui que os estudos aqui apresentados trataram a questão cultural a partir das idéias de Geertz, ou seja, a dimensão cultural foi observada a partir das manifestações espaciais físicas e/ou simbólicas expressas no espaço cotidiano da cidade.

Outra dimensão a considerar na construção da cultura de um povo é a geográfica. Características geográficas afetam de forma consistente a maneira do homem se relacionar com o espaço e construir sua cultura. Qualquer cidade, ecossistema cultural humano, é originada e construída a partir da escolha de um ambiente físico no qual se pretende ancorar. Ou seja, os condicionantes geográficos e climáticos influenciam na espacialização das cidades, e se refletem nos costumes e hábitos de um povo.

A velha Gênova, de Cristóvão Colombo tem seus prédios empilhados em estreitas ruas, quase becos, por ter sido construída espremida entre um golfo, que abriu as portas para o desenvolvimento de um porto fundamental à história da Europa e uma cadeia de montanhas da Ligúria. Em Valparaíso, no Chile, [...] vão desenvolver uma cidade que parte também de um porto e escala a cadeia de montanhas que se desdobra da Cordilheira dos Andes. As casas na cidade chilena partem

do mar, espalham-se pelas encostas e sobem as montanhas, lembrando a disposição das favelas da zona Sul do Rio de Janeiro (SILVA, 2006:103).

Assim, a dimensão cultural, além de ser constituída por todas as questões discutidas anteriormente (como a práxis social, a relação entre o homem e o espaço expressa através dos usos e atividades desenvolvidas, a história construída no decurso do tempo etc.), também é influenciada pelos condicionantes geográficos e ecossistêmicos do espaço onde o homem está inserido.

Sendo assim, para que se atinja de forma benéfica uma determinada população, através de uma proposta de desenho urbano, deve-se considerar a dimensão cultural, através do estudo e compreensão das relações físico-espaciais e simbólicas que se desenvolvem em um determinado espaço da cidade.

## **2.2 - O Conceito de Identidade**

O conceito de identidade, assim como o de pertencimento, só tem sentido se relacionado à alteridade, pois a propriedade de alguém ser idêntico a si mesmo só ocorre se for em relação à diferenciação do outro.

A noção de identidade está relacionada a um processo complexo construído a partir do desenvolvimento cognitivo humano que se fortalece a partir de uma determinada idade na qual a pessoa adquire autodeterminação e auto-realização (HABERMAS, 1988).

A dimensão temporal é fundamental para a articulação da identidade humana, pois é através da história pessoal que a identidade é construída. Dessa forma, apesar da sensação que se tem que a identidade é permanente, ela está em constante possibilidade de mudança, pois os indivíduos não se mantêm os mesmos durante suas histórias de vida.

O sentimento de constância da identidade trata-se de uma espécie de defesa pessoal e da capacidade humana de manter no âmbito do consciente apenas aquilo que a memória seleciona como importante na história de vida de cada um.

Sendo assim, a identidade está relacionada à memória, e é construída através das influências de outras histórias de vida que se entrecruzaram e se tornaram significativas para a ontologia de determinado ser.

Memória, identidade e história apresentam-se em um processo de interação e construção: a memória constitui a identidade, à medida que reforça através de lembranças a unidade e continuidade do si mesmo ou o sentimento de pertencimento a um grupo; ao mesmo tempo, ela é constituída pela identidade, uma vez que o processo de identificação agirá na seleção e configuração dos episódios a serem lembrados, reordenando-os em uma nova história (BAUER, 2004:31).

Ou seja, nesse sentido a identidade é entendida como o conjunto de representações, sentimentos e opiniões que o sujeito tem sobre si mesmo. Para Tap (1985), o sujeito constrói seu lugar e assume suas posições na sociedade através da apropriação da cultura e das instituições sociais mediadas pelo outro. A identidade, portanto, se forma no jogo das relações sociais na medida em que o sujeito se apropria das regras, valores, normas e formas de pensar de sua cultura.

Dessa forma, a construção da identidade não é um processo imutável, ao contrário, é altamente dinâmico e resultante de uma relação dialógica entre indivíduo e sociedade.

A partir daqui deve-se deixar claro que pretendemos concentrar-nos no conceito de identidade coletiva e não individual, uma vez que o âmbito tratado pelo desenho urbano é o coletivo.

Segundo Castells (2002)

identidade é a fonte de significado e experiência de um povo. [...] No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 2002:22).

Como forma de aprofundar a discussão, o autor coloca a diferença entre identidade e papéis sociais ressaltando que, enquanto os últimos “são definidos por

normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade” (CASTELLS, 2002:23), as identidades são construídas pelos próprios atores, através de um processo de individuação. Castells afirma que

as identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções (CASTELLS, 2002:23).

É fato que toda identidade é construída. Mas como e por que ocorre essa construção? Como ela se dá? A partir de que ela acontece?

A construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso (CASTELLS, 2002:23).

Toda essa gama de informações é trabalhada pelos indivíduos e grupos sociais tendo como base estruturante a cultura à qual pertencem. Assim significados são reorganizados “em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço” (CASTELLS, 2002:23).

No entanto, tendo em vista o processo de desterritorialização, decorrente da mundialização das forças produtivas e dos poderes capitalísticos, o homem contemporâneo, ao invés de ser possuidor de uma identidade unificada e estável, se fragmenta e se compõe não apenas de uma, mas de várias identidades, que se adéquam as necessidades do momento. Assim a identidade “torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2004:13).

Esta nova realidade mundial, que provoca a desterritorialização de coisas antes ao alcance de todos e a disseminação de produtos culturais pinçados de diversas culturas, principalmente das dominantes, vem provocando um abalo considerável sobre as formas de identificação dos indivíduos, o que constitui uma verdadeira “crise de identidade” (HALL, 2004).

Cada vez mais as comunidades se aproximam de uma convivência em tempo real e ficam mais abertas a influências externas. Assim, torna-se “difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (HALL, 2004:74).

Esta interdependência global leva a uma diversidade de estilos e culturas numa escala global. Portanto, com a influência de outras culturas há uma tendência à homogeneização cultural, onde as pessoas começam a adaptar culturas alheias aos seus costumes. Segundo Stuart Hall,

No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas (HALL, 2004:75).

No entanto, o avanço da modernidade não destrói as especificidades e tampouco homogeneiza as culturas. Promove o choque entre culturas e instituições, entre o local e o global, de forma que as identidades firmam-se e/ou transformam-se, mas não desaparecem. Segundo Milton Santos (2002:143), “os indivíduos não são igualmente atingidos pela globalização, cuja difusão encontra obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares”. Portanto o mundo não está vivendo um empobrecimento cultural, ao contrário, tem havido uma extensão de repertórios culturais.

### **2.3 – A Identidade Cultural**

Cuche (2002) coloca que cultura e identidade são dois conceitos ligados intimamente, mas que não se podem confundir as noções de cultura e de identidade cultural.

Em última instância, a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas (CUCHE, 2002:176).

O autor coloca que a identidade cultural é um dos componentes da identidade social. A questão da identidade social é mais abrangente e “exprime a resultante das diversas interações entre o indivíduo e o seu ambiente social, próximo ou distante” (CUCHE, 2002:177).

Entretanto, a identidade social não está relacionada apenas ao indivíduo enquanto ser social e sim ao grupo de indivíduos que também é dotado de uma identidade correspondente a sua posição na sociedade. Assim, a identidade social tanto é inclusiva quanto exclusiva, pois ela identifica o grupo, através de similaridades internas, e distingue um grupo dos outros, pelas diferenças entre os mesmos.

A partir dessa construção social surge a identidade cultural como “uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural” (CUCHE, 2002:177).

Segundo o autor em foco, entre os estudiosos do conceito existem duas posturas para a definição da identidade cultural: uma objetivista e outra subjetivista. A primeira trata a identidade cultural como uma questão preexistente ao indivíduo. Seria resultado, para alguns autores, de uma herança biológica (ver Van den Berghe, 1981); para outros de uma herança cultural; e ainda, para outros (sobretudo GEERTZ, 1963) de uma herança étnica.

Ou seja, de acordo com a visão objetivista, a identidade cultural seria uma coisa imposta ao indivíduo pelo grupo onde o mesmo se inclui, e sobre a qual o mesmo não teria nenhuma influência.

A segunda, a visão subjetivista, trata a identidade cultural não como uma herança recebida definitivamente, mas como

um sentimento de vinculação ou uma identificação a uma coletividade imaginária em maior ou menor grau. Para estes analistas, o importante são então as representações que os indivíduos fazem da realidade social e suas divisões (CUCHE, 2002:181).

No entanto, o autor ressalta que nenhuma dessas posturas trata o processo da forma como deveria, ou seja, de uma maneira que considere o contexto relacional.

Cuche coloca que somente através de uma visão contextual é possível entender a dinamicidade da identidade, sendo a mesma às vezes afirmada e às vezes reprimida.

Se a identidade é uma construção social e não um dado, se ela é do âmbito da representação, isto não significa que ela seja uma ilusão que dependeria da subjetividade dos agentes sociais. A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas (CUCHE, 2002:182).

O autor coloca então a importância do estudo das relações como foco de análise, uma vez que a identidade cultural se constrói e reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. “Para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural” (CUCHE, 2002:182).

Como foi visto, no bojo do processo da globalização ocorre uma tentativa de “homogeneização” cultural, através da imposição e disseminação das culturas dominantes. Como resistência a esse processo, surge um movimento de valorização das especificidades locais. É nesse sentido que Harvey afirma:

O encolhimento do espaço que faz diversas comunidades do globo competirem entre si implica estratégias competitivas localizadas e um sentido ampliado de consciência daquilo que torna um lugar especial e lhe dá vantagem competitiva. Essa espécie de reação confia muito mais na identificação do lugar; na construção e identificação de suas qualidades ímpares num mundo cada vez mais homogêneo e mais fragmentado (HARVEY, 1993:247).

Sendo assim, ressalta-se a necessidade da observação das questões locais, na elaboração de propostas de desenho urbano, como forma de resistência à homogeneização cultural e de adequação à cultura local de um povo.

#### **2.4 – Ampliando a Discussão: em busca da construção do conceito da identidade urbanística**

Para ampliar a discussão aqui colocada, é importante trabalhar com outros conceitos como apropriação, responsabilidade, identidade territorial, e identidade urbanística, uma vez que os mesmos, juntamente com o *ethos*<sup>2</sup>, são categorias que se somam para compor a dimensão cultural.

#### **2.4.1 - A Apropriação, a Responsabilidade, Identidade Territorial e a Construção da Identidade Urbanística**

Segundo Brackeleire<sup>3</sup>, se apropriar é tornar ou definir um espaço como sendo próprio (singular), frente a outro, ou seja, por oposição a alteridade.

Yi-Fu Tuan afirma que, para os residentes locais, o sentido de lugar “não é incentivado somente pela circunscrição física no espaço do povoado: conhecer outros povoados e a rivalidade com eles estimula significativamente o sentimento de singularidade e de identidade” (TUAN, 1983: 185).

A apropriação é um processo complexo, que pode ser coletivo ou não, que se relaciona com poder e papéis sociais, envolvimento e afetividade com o espaço, entre outros fatores. Trata-se de um processo de singularização (diferenciação) que se relaciona dialeticamente com a negociação. A partir da apropriação do espaço passa-se a negociá-lo quer seja com base na divergência (conflito) ou na convergência. Ressalta-se aqui que, em uma negociação, o que está em jogo são os deslocamentos de fronteiras entre os atores sociais envolvidos no processo.

Se apropriar de um lugar é um processo de diferenciação entre uma parte interna e as outras. Yi-Fu Tuan coloca que para se ter um sentido elementar de lugar as seguintes condições são necessárias: certo reconhecimento do valor do espaço; a permanência; a intimidade de uma relação humana particular (laços de parentesco e/ou de vizinhança fortes) e um sentimento de singularidade e de identidade. “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983:151).

---

<sup>2</sup> Segundo Geertz (1978) o estilo de vida de um povo, seu caráter, moral e sentido estético, e sua atitude em relação a si mesmo e ao mundo em que vive.

<sup>3</sup> Considerações baseadas em apontamentos das aulas ocorridas durante o curso Estruturação Social e Investimento Afetivo do Espaço, ministradas pelo professor e antropólogo Jean-Luc Brackeleire, no Mestrado de Arquitetura da UFBA.

Brackeleire coloca que dentro de toda forma de apropriação do espaço estão implícitos dois aspectos: a identidade e a responsabilidade. A identidade permite estabelecer um laço social com o espaço, enquanto que a responsabilidade permite estabelecer um “contrato”, ou seja, uma troca de interesses pessoais.

O autor citado afirma que a responsabilidade trata-se da sensação de se apossar ou assumir o espaço. Está relacionada aos papéis sociais que são desempenhados no espaço e as especializações, ou seja, as competências de cada ator social e as trocas por eles elaboradas. É a partir do papel assumido dentro de uma ordem social que se adquire a responsabilidade, portanto esse conceito está ligado à divisão e distribuição do trabalho. Ao assumir o seu espaço, o homem se responsabiliza pelos seus deveres e ao mesmo tempo passa a reivindicar seus direitos; isto pode ser visto como um fator positivo na construção de espaços públicos mais democráticos e responsivos.

A questão da identidade territorial se relaciona com a sensação de se reconhecer no espaço, de pertencer ao espaço, bem como de classificar o mesmo.

A valorização das práticas e experiências cotidianas vividas pelos indivíduos favorece muito a construção de uma identidade, é na vida cotidiana onde o homem se depara com alternativas e escolhas, onde se forma a consciência do “eu” e do “nós”. Na medida em que as experiências individuais são compartilhadas, e as carências comuns são reconhecidas, surge a possibilidade da criação de laços de solidariedade e apoio, fazendo com que o cotidiano seja um espaço significativo para a definição e ampliação do sentido de identidade. Essa identificação subjetiva se forma através de um processo lento, deflagrado no cotidiano, no qual os usuários passam a se sentir pertencentes daquele espaço, criando com o mesmo um forte vínculo. “A noção de identidades territoriais nasce da história do lugar, do papel dos sujeitos identificados com a especificidade da construção do território” (COELHO, 1992: 286).

Cabe aqui colocar que essa identidade coletiva, construída no cotidiano, dá ao indivíduo o sentido de pertencer a uma cidade, o que é um componente de qualidade de vida fundamental. Mas como se dá o processo de identificação? Pretende-se esclarecer essa questão no próximo item.

A linguagem do senso comum apresenta a identificação como sendo construída a partir do reconhecimento de uma origem, ou características, ou ideais comuns.

Tendo como base estudos provenientes da psicanálise, conceitua-se identificação como um processo através do qual a pessoa se identifica com outrem, seja por uma suposta similaridade, seja pela ausência de diferenças.

Segundo Freud (1973), o ato de identificar-se é mais do que reconhecer no outro uma determinada semelhança, trata-se de um movimento na direção do outro, o ego é moldado a partir da alteridade assumida como modelo. Esse movimento seria reflexo de um laço emocional com o outro e não resultado de uma escolha racional.

Para o autor, a identificação é um mecanismo privilegiado de processos psíquicos, concebido como a operação “primitiva” e originária de uma ligação afetiva com outra pessoa (FREUD, 1973). Por exemplo, a busca dos filhos em se “parecer” com os pais na infância, como um processo que serve de base para a criação da sua própria identidade. Ou seja, trata-se de um processo pessoal, de base afetiva, porém norteado por aspectos cognitivos, na busca de uma identidade.

Quer se trate, de início, do gesto ainda somático da criança (não propriamente sugar o leite da mãe, mas por assim dizer, sugar a mãe pelo leite), quer se trate em seguida, da somação ‘imaginária’ (querer-ser / como o pai) a identificação galga daí em diante a encruzilhada dos caminhos simbólicos da imitação, da idealização, dos modelos de vida, identidades grupais, comunidades religiosas, sentimentos de respeito, admiração a um líder, enfim, todo o complexo de interações que se traduzem nas inúmeras formas de expressão dos vínculos sociais (BEVIDAS, 2006:140).

Freud (1973) coloca que o objeto de identificação não necessariamente precisa ser uma pessoa, pode ser uma entidade impessoal, uma ideologia, uma crença, que venha a substituir o eu ideal (ideal do ego) dos participantes, produzindo neles uma identificação. A identidade de uma comunidade é construída através de processos de identificação deflagrados a partir de valores, normas, ideais, modelos, heróis, etc., através dos quais as pessoas da comunidade se reconhecem (RICOEUR, 1991). Sendo assim, a questão de se identificar, independente de ser com pessoas ou coisas, relaciona-se, sobretudo, a crenças, valores e costumes.

Enfim, deve-se aqui inserir o conceito de “identidade urbanística”, construído a partir das reflexões da autora<sup>4</sup>. A identidade urbanística seria a capacidade de uma determinada área da cidade se diferenciar de outra através da materialização, no espaço físico, de signos e/ou símbolos (quer sejam novas concretudes ou permanências históricas) distintivos da cultura de um povo de determinado lugar. Essas materializações seriam construídas tendo como base a história do lugar e a memória coletiva. Esses símbolos ou signos seriam a concretude de aspectos dos costumes, crenças, ou tradições, ou seja, seriam os rebatimentos da cultura expressos no espaço.

As pessoas se identificariam com o espaço na medida em que esses símbolos ou signos conectariam as mesmas às suas experiências de vida, suas tradições, sua história, enfim a memória coletiva da sua cultura.

Assim, pode-se afirmar que se um indivíduo se identifica com determinada proposta de desenho urbano é devido ao fato do mesmo reconhecer que valores e costumes semelhantes aos deles foram considerados na confecção mesma. Dessa forma, o mesmo sente afinidade com o espaço, se envolvendo e se responsabilizando. A partir daí e com o decorrer do tempo aquele espaço adquire novos significados para aquela pessoa ou população.

## **Referências**

BAUER, Márcio André Leal. *A Construção Social da Identidade: um Estudo nas Organizações de Agricultura Ecológica em Duas Regiões do RS*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRS, 2004.

BEIVIDAS, Waldir e Ravanelo, Tiago. *Identidade e Identificação: entre Semiótica e Psicanálise*. Alfa – Revista de Linguística, São Paulo, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2005.

---

<sup>4</sup> Apresentados e discutidos na tese intitulada *Desenho Urbano: uma Análise de Experiências Brasileiras. Estudo de Casos nas Áreas Centrais de Curitiba, do Rio de Janeiro e do Recife*.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade* (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura). São Paulo, Paz e terra, 2002. Vol. 2.

COELHO, Franklin Dias. *A Construção De Identidades Territoriais e a História do Lugar*. In: Cidade & História, ANPUR, Salvador,1992.

CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. São Paulo, EDUSC, 2002.

FREUD, S. La Interpretación de los Sueños (1900). In \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Tradução de Luis Lopez Ballesteros y de Torres. 3.ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1973. p.343-720.

GAMA, José. *Hermenêutica Filosófica da Cultura*. Revista Perspectiva Filosófica. Recife, n. 1, p. 79-119, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação Das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria de la Acción Comunicativa*. Madrid, Taurus, vol. II,1988.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 9. Ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 2.ed. São Paulo, Loyola, 1993.

KLUCKHOHN, Clyde. *Antropologia: um Espelho para o Homem*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1972.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003. 116p.

RICOEUR, Paul. *O Si-mesmo como um Outro*. Campinas, Papirus,1991.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal*. 9. ed. Rio de Janeiro, Record, 2002.

SILVA, Eduardo D. G.. Desejo de Cidade – Múltiplos Tempos, das Múltiplas Cidades, de uma Mesma Cidade. In: PRYSTHON, Ângela (org). *Imagens da Cidade – Espaços Urbanos na Comunicação e Cultura Contemporâneas*. 01 ed. Porto Alegre, Sulina, 2006, vol. 01, p. 100-114.

TAP, P. *Masculin et Féminin chez L'enfant*. Toulouse, Privat, 1985.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço & Lugar*. São Paulo, Difel, 1983.